

**RELAÇÕES DE GÊNERO E RAÇA NA ORGANIZAÇÃO FAMILIAR DA CLASSE
TRABALHADORA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

**RELACIONES DE GÉNERO, RAZA Y CLASE EN LA ORGANIZACIÓN FAMILIAR DE LA
CLASE TRABAJADORA EN EL BRASIL CONTEMPORÁNEO**

**GENDER, RACE AND CLASS RELATIONS IN THE FAMILY ORGANIZATION OF THE
WORKING CLASS IN CONTEMPORARY BRAZIL**

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v15i3.56787>

Jéssica Alves de Lima Germiné¹

Marilda Aparecida de Menezes²

Roberta Guimarães Peres³

Resumo: Este trabalho propõe um diálogo teórico entre marxistas feministas, autoras interseccionais e intérpretes do Brasil para discutir o lugar complexo que as famílias da classe trabalhadora brasileiras têm na dinâmica capitalista. Primeiramente, defende uma abordagem dialética para a análise das relações de gênero, raça e classe. Em seguida, discute a posição que as famílias da classe trabalhadora ocupam na relação entre produção e reprodução. Por fim, volta-se às famílias brasileiras na sua concretude, discutindo a complexa trama que envolve a reprodução da força de trabalho e o trabalho produtivo assalariado, num contexto em que racismo e sexismo atravessam organizações familiares que não se resumem ao modelo patriarcal nuclear.

Palavras-chave: Família. Teoria da Reprodução Social. Interseccionalidade. Classe trabalhadora. Gênero, raça e classe.

Resumen: Este trabajo propone un diálogo teórico entre marxistas feministas, autoras interseccionales e intérpretes de Brasil para discutir el complejo lugar que las familias de la clase trabajadora brasileña ocupan en la dinámica capitalista. En primer lugar, defiende un enfoque dialéctico para el análisis de las relaciones de género, raza y clase. Luego analiza la posición que ocupan las familias de la clase trabajadora en la relación de producción y reproducción. Finalmente, investiga las familias brasileñas en su existencia concreta, discutiendo la compleja trama que involucra la reproducción de la fuerza de trabajo y el trabajo asalariado productivo, en un contexto en el que el racismo y el sexismo permean las organizaciones familiares que no se limitan al modelo nuclear patriarcal.

Palabras clave: Familia. Teoría de la Reproducción Social. Interseccionalidad. Clase trabajadora. Género, raza y clase.

Abstract: This paper proposes a theoretical dialogue among feminist Marxists, intersectional authors, and interpreters of Brazil to discuss the complex place that Brazilian working-class families take in capitalist dynamics. Firstly, it defends a dialectical approach to the analysis of gender, race, and class relations. It subsequently discusses the position that working-class families occupy in the processes of production and reproduction. Finally, it turns to Brazilian families in their concreteness, as it debates the complex weave that involves the reproduction of labor power and productive paid work, in a context in which racism and sexism permeate family organizations that are not limited to the nuclear patriarchal model.

Keywords: Family. Social Reproduction Theory. Intersectionality. Working class. Gender, race, and class.

Introdução

Uma quantidade razoável de décadas separa a noção estreita e homogeneizante de classe trabalhadora daquela que se esforça para descrever a parcela da população que compõe, de fato, esse grupo marcado, entre outras características, pela despossessão dos meios de produção. O operariado industrial inglês que Marx e Engels observaram, analisaram, descreveram e expuseram não se configuram da mesma forma no Brasil de 2023, atravessado por complexidades a que o sociólogo alemão e o industrial inglês não poderiam ter dado atenção pelas distâncias de tempo e espaço. Assim como o tipo de trabalho e suas divisões na sociedade se alteraram nos últimos 200 anos, também se transformaram as conformações familiares da classe trabalhadora.

A relação entre “a família” da classe trabalhadora e a acumulação capitalista tem sido discutida em círculos feministas, seja pelo interesse na investigação sobre as bases materiais da opressão às mulheres, seja pela necessidade de explicar uma divisão do trabalho que tem o gênero como marcador central (HIRATA; KERGOAT, 2007) – ou, ainda, pela associação entre esses dois pontos (VOGEL, 2022). Contudo, pouca atenção tem sido dada às diferenças entre as famílias da classe trabalhadora dentro da dinâmica capitalista, especialmente aquelas marcadas pela racialização. Em países como o Brasil, com passado escravista recente e evidente divisão racial do trabalho, falar em família da classe trabalhadora exige, sem dúvida, um esforço de pensar nessa instituição de maneira mais abrangente do que a simples formação nuclear, compreendendo sua posição complexa, contraditória e, ainda assim, fundamental para manutenção e reprodução do sistema social.

Este artigo discute a posição das famílias brasileiras da classe trabalhadora na dinâmica de produção e reprodução, considerando-as marcadas por relações de gênero e raça. Para isso, o texto percorre alguns diálogos teóricos. Em primeiro lugar, propõe uma visão dialética das relações capitalistas racistas e (hetero)sexistas. Em seguida, discute o lugar da família na produção e na acumulação capitalistas, enquanto instituição criada, reproduzida e que reproduz as relações acima citadas. Por fim, levanta o diálogo entre as abordagens do capitalismo enquanto sistema social unitário e autoras brasileiras, cujas obras oferecem interpretações das especificidades do capitalismo no país, para avaliar se e como as famílias brasileiras se inserem nessa dinâmica.

Múltiplas diferenças, múltiplas opressões, múltiplas explorações: por uma abordagem dialética

A disputa antagônica entre o feminismo da diferença e o feminismo da igualdade foi predominante até os anos 1980, principalmente por conta das transformações contextuais que acabaram reverberando nos movimentos sociais, sobretudo nos Estados Unidos, onde esse debate se estabeleceu. Assim, a partir da década de 1980, houve um deslocamento no debate feminista, que se transferiu da problemática das “diferenças de gênero” para as “diferenças entre as mulheres”. Esse movimento aconteceu, em grande medida, por conta das críticas e dos apontamentos das feministas não brancas e lésbicas, que chamavam atenção havia anos para o fato de que os debates anteriores falavam de experiências de gênero que abrangiam apenas uma parcela das mulheres. Um exemplo desses apontamentos é a suposta dependência econômica que as mulheres teriam dos homens por conta do

confinamento ao lar e da impossibilidade de trabalhar fora de casa. As mulheres pobres e as mulheres negras, por exemplo, invocam uma história diferente. No caso das mulheres negras estadunidenses, tanto a dimensão da escravidão e de resistência, quanto o histórico de trabalho assalariado e de ativismo comunitário não sustentam essa experiência única de viver o gênero e as explorações dele decorrentes (FRASER, 2022).

O momento era, assim, propício ao surgimento das diferentes abordagens que se propuseram a avançar na determinação do que causaria a opressão às mulheres, além da sua relação com os chamados “outros eixos de subordinação”. O *Manifesto do Coletivo do Rio Combahee*, um coletivo de mulheres negras e lésbicas de Boston, marca a expressão de que os sistemas de opressão estariam interligados já em 1977:

A declaração mais genérica de nossa política atual é a de que estamos ativamente comprometidas com a luta contra a opressão racial, sexual, heterossexual e de classe; encaramos como nossa tarefa particular o desenvolvimento de análise e práticas integradas baseadas no fato de que os principais sistemas de opressão estão interligados. A síntese dessas opressões cria as condições de nossas vidas. (COMBAHEE RIVER COLLECTIVE, 2019).

O *Manifesto do Coletivo do Rio Combahee* é pioneiro na identificação de que os sujeitos não detêm apenas uma identidade (ou mulher, ou negra, ou lésbica), e, indo além, apontando que as condições de vidas dos diferentes grupos seriam condicionadas por sistemas de opressão conectados.

Nesse contexto, as produções que buscavam compreender as múltiplas condições de opressão e de exploração a que mulheres em sua diversidade estavam sujeitas ganharam força. Num momento em que o marxismo encontrava certa resistência nos núcleos acadêmicos, feministas socialistas desafiavam-se a compreender a base material da opressão das mulheres (FERGUSON; MCNALLY, 2017). Num cenário de disputa, em que uma parte rejeitava qualquer possibilidade de diálogo entre marxismo e feminismo e a outra compreendia que as relações de gênero não poderiam ser separadas das de classe (ARRUZZA, 2019), emergem abordagens que procuram retomar a noção de *totalidade*.

Uma das principais expoentes dessa ótica foi a socióloga estadunidense Lise Vogel, que, em 1983, publicou o livro que, após algumas duras críticas, permaneceria esquecido por quase 30 anos: *Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária*. Vogel inaugura uma perspectiva que seria retomada após os anos 2000, a qual compreende o capitalismo como sistema social amplo, e não meramente econômico, e que as relações de gênero, raça e classe seriam, assim, coconstitutivas, partes de um todo complexo, diverso e contraditório (FERGUSON; MCNALLY, 2017). Ainda que a produção seja um marco para os estudos feministas marxistas, e ainda que tenha o discernimento de que a racialização é um elemento necessário e fundamental para a acumulação de capital, Vogel não consegue se aprofundar nas especificidades do racismo enquanto parte da totalidade, ao menos na primeira publicação de seu livro.

Enquanto as teorias marxistas estadunidenses ainda mostravam certa dificuldade em incorporar a raça nas análises da totalidade nesse momento – com exceção de Angela Davis –, ganhou força entre feministas negras a ideia de *Interseccionalidade*. O termo, cunhado por Kimberlé Crenshaw, utiliza-se da metáfora de intersecção de vias, em que os diferentes eixos de poder, que subjagam e oprimem indivíduos segundo critérios de raça, classe, etnia, gênero ou religião, por exemplo, são avenidas que se entrecruzam

nos pontos em que tais opressões se sobrepõem. Os cruzamentos dessas vias, representantes dos diferentes sistemas de poder, são as complexidades adicionadas a partir da movimentação das diferentes formas de desempoderamento, as quais criam novas interações entre as vulnerabilidades preexistentes (CRENSHAW, 2002).

O foco nas identidades, contudo, foi alvo de questionamentos sobre a forma como tais experiências estariam conectadas a relações de classe. Enquanto algumas autoras sustentam a independência dos ditos “eixos de subordinação”, outras os compreendem como inseparáveis⁴. Muitas vezes definida como uma abordagem “atomizada”, algumas autoras da teoria da Interseccionalidade, embora busquem superar a noção de identidades pré-concebidas, têm dificuldade de desenvolver uma compreensão da constituição mútua dos eixos ou vetores de poder, sem que se percam as especificidades de cada um deles (MCNALLY, 2023). Da mesma forma, parte do pensamento marxista foi resistente à percepção de que as relações de gênero e raça não seriam meramente subsumidas às relações de classe.

Contudo, a interseccionalidade não diz respeito a uma teoria hermética e acabada, mas a um pensamento em construção, cuja raiz está na produção de conhecimento e nas experiências de grupos subalternizados, em especial as mulheres negras. Assim, as críticas se a interseccionalidade enquanto teoria se afastaria das relações econômicas, enfatizando apenas as esferas do reconhecimento, foram respondidas por Patricia Hill Collins:

Por necessidade, as mulheres de cor uniram suas reivindicações por equidade, reconhecimento e redistribuição. Separá-las na prática ou na teoria é impossível, se o racismo e o sexismo sempre estruturaram a forma específica de exploração de classe que elas enfrentam. Tratar essas reivindicações como separáveis e argumentar que grupos oprimidos podem favorecer um ao outro é invalidado pela evidência empírica dos projetos políticos, como o movimento das afro-brasileiras. Concretamente, ao classificar como culturais reivindicações baseadas em gênero e raça e dissociá-las das reivindicações em favor da justiça econômica, essa crítica não aborda o fato de que a injustiça econômica repousa de maneiras historicamente específicas sobre estruturas racializadas e de gênero. (COLLINS; BILGE, 2021, p. 203).

No curto trecho citado, Hill Collins e Bilge não apenas enfatizam a inseparabilidade do racismo, do sexismo e das relações de classe, mas reafirmam que tais relações estão historicamente articuladas. Da mesma forma, o argumento de Davis (2016) sustenta a complexa trama que une racismo, capitalismo e sexismo. Em sua obra seminal, *Mulheres, raça e classe*, a autora pontua de forma recorrente que a exploração econômica da população negra e a opressão social a que as mulheres estavam sujeitas se relacionavam de forma inseparável. A posição que o racismo ocupa na dinâmica capitalista, então, é a de manutenção do sistema por meio da distribuição dos indivíduos na estrutura de classes, operando uma *divisão racial do trabalho* (GONZALEZ, 2020b; 2020c; 2020d). Tanto Angela Davis como a brasileira Lélia Gonzalez enfatizam a condição de dependência que o sistema capitalista tem do racismo e do sexismo, não em termos funcionais, mas em sua constituição e reprodução.

Tais perspectivas superam o que McNally chamou de “atomização”, uma vez que não apenas compreendem as especificidades de cada uma desses elementos, mas o fazem de forma a assimilar o propósito de tais especificidades para o todo. Isto, segundo o autor, é o que diferencia uma perspectiva dialética de uma não-dialética: a capacidade de compreender as relações internas entre as partes numa

concepção não-somativa, ou seja, suas funcionalidades para a totalidade, sem que as particularidades de cada uma sejam suprimidas (MCNALLY, 2023). Nesse sentido, as perspectivas interseccionais de Angela Davis e de Patricia Hill Collins não apenas dialogam ricamente com as abordagens marxistas da reprodução social, como contribuem para sanar as lacunas que as análises marxistas muitas vezes deixaram no que diz respeito à contribuição do racismo na dinâmica capitalista.

A partir disso, capitalismo não deve mais interpretado como um sistema meramente econômico – como preconizaram alguns marxistas, na contramão do que acreditava o próprio Marx –, mas como uma ordem social institucionalizada, historicamente localizada (ARRUZZA, 2015; FRASER; JAEGGI, 2020). As relações de gênero, raça e classe não seriam redutíveis umas às outras, tampouco seria possível hierarquizá-las, uma vez que elas acontecem, concretamente, em unidade:

“Capitalismo” como uma simples abstração não existe “realmente”. Há apenas o capitalismo racializado, patriarcal, no qual a classe é concebida como uma unidade de relações diversas que produzem não apenas lucro ou capital, mas o capitalismo. (FERGUSON, 2018, p. 23).

A reflexão de Susan Ferguson a respeito da constituição do capitalismo como sistema complexo coloca a necessidade de desenvolvimento das categorias, teorias e conceitos não como elementos abstratos, mas como instrumentos heurísticos para pensar sobre como realmente elas acontecem nas relações sociais concretas e históricas.

Dessa mesma forma, um olhar dialético para as relações capitalistas não deve considerar apenas a esfera da produção e circulação de mercadorias e de capital como separada e independente daquela que produz a mercadoria mais importante para o sistema: a força de trabalho. Assim como a organização do trabalho produtivo é racial e sexualmente distribuído na sociedade, o trabalho reprodutivo e a reprodução da classe trabalhadora também o são. Assim, o próximo tópico se volta para a produção dessa mercadoria especial, a força de trabalho, e a maneira como esse circuito específico, embora dependente e internamente relacionado ao processo de produção e de acumulação de capital, é realizado dentro de uma instituição de grande relevância para o sistema capitalista: a família.

Classe trabalhadora, família, produção e reprodução

A centralidade da família da classe trabalhadora no funcionamento do sistema capitalista não é acidental. Afinal, é nesse lugar social complexo e contraditório que a força de trabalho é regenerada diária e geracionalmente, e onde a maior parte do trabalho que permite a reprodução social - o que é essencial para a acumulação capitalista - é realizado. Numa relação complexa que envolve afeto, laços consanguíneos e, por vezes, violências, o lar é espaço preferencial – mas de forma alguma exclusivo – para a realização dessas atividades (VOGEL, 2022).

O modo de produção capitalista, para Marx, se distingue das organizações precedentes por uma série de características históricas e sociais associadas, entre outros, aos objetivos e às formas de se manufaturar artigos. Em primeiro lugar, caracteriza-se pela separação entre trabalhadores e meios de produção, de forma que estes, despossuídos de quaisquer mercadorias outras que possam ser vendidas e participantes livres do mercado de trabalho, têm como única possibilidade de sobrevivência a venda da *su*

mercadoria força de trabalho. Além disso, em tal modo de produção, prevalece o valor-de-troca em detrimento do valor de uso, o que significa que a satisfação das necessidades humanas não é a razão da produção, mas, ao contrário, é a valorização e a acumulação que orientam o processo produtivo (MARX, 2017).

Se a força de trabalho é a mercadoria essencial para o modo de produção capitalista, sua reprodução é um processo fundamental para a manutenção do sistema. Dessa forma, não existe produção sem uma anterior reprodução (KAPP; LINO, 2008). O processo produtivo depende da disponibilidade de força de trabalho. Para tal admissão, é necessário compreender a relação dialética entre a produção e a reprodução, ou seja, percebê-las não como esferas antagônicas e separadas, mas como dependentes, internamente conectadas. Ainda que a produção da força de trabalho não aconteça no circuito do capital, mas no circuito do salário, este processo é fundamental para a reprodução do capital – a *valorização*. Ao contrário do primeiro, cujo objetivo é a reprodução ampliada e incessante do capital, o segundo se realiza no consumo dos trabalhadores, de forma que a finalidade seja a autotransformação, ou o autodesenvolvimento, do próprio trabalhador (BHATTACHARYA, 2019).

A reprodução dos trabalhadores não diz respeito somente ao consumo de bens que satisfaçam suas necessidades biológicas, mas são socialmente determinados por um conjunto mais amplo de necessidades (MARX, 2017). Para além disso, dependem de outras formas de trabalho e outras relações que não estão consideradas no circuito de produção e circulação de mercadorias. Trata-se de atividades orientadas à manutenção da vida, diária ou geracional, e que são realizadas, muitas vezes, sem qualquer remuneração (BHATTACHARYA, 2017; VOGEL, 2022).

A família da classe trabalhadora ocupa uma posição central nessa dinâmica. Apesar de assumir a forma de uma mercadoria no sistema capitalista, a força de trabalho possui especificidades que tornam seu processo de produção e reprodução diferente das demais. Para Bhattacharya (2019), a reprodução social é organizada de maneira não capitalista. Em primeiro lugar, ela acontece fora da esfera de circulação de mercadorias. Ainda, a reprodução da força de trabalho está associada à produção e ao consumo (individual)⁵ de valores-de-uso. Assim, ao contrário das demais mercadorias, cujo processo produtivo se inicia com o adiantamento de capital apenas para que mais dinheiro seja alcançado, a reprodução da força de trabalho não tem como objetivo a acumulação de capital por parte de seu vendedor.

O termo reprodução social refere-se, na tradição marxista feminista, às maneiras como a vida dos produtores diretos – detentores da força de trabalho – é produzida e mantida, diária e geracionalmente (ARRUZZA, 2015; VOGEL, 2022). Trata-se dos diversos processos de repetição, perpetuação, transformação, destruição e produção da geração de trabalhadores e trabalhadoras, mas também de relações e práticas sociais (BILAC, 1981). Define, assim, a forma e o conjunto de atividades que, socialmente, são organizados para produzir a parcela da população que pertence às classes cujo trabalho é explorado (ARRUZZA, 2019; VOGEL, 2022). Enquanto a força de trabalho é reproduzida, por conseguinte, é também reproduzido o próprio capital:

A reprodução da força de trabalho, que tem incessantemente de se incorporar ao capital como meio de valorização, que não pode desligar-se dele e cuja submissão ao capital só

é velada pela mudança dos capitalistas individuais aos quais se vende, constitui, na realidade, um momento da reprodução do próprio capital. Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado. (MARX, 2017, p. 690).

Dessa forma, Marx admite que a reprodução da força de trabalho é parte da reprodução do capital. A manutenção diária da força de trabalho é o que permite que as pessoas trabalhadoras, após uma determinada jornada, regenerem suas capacidades físicas, mentais e sociais, retornando à jornada seguinte alimentadas, descansadas, vestidas etc. Já a reposição geracional da força de trabalho diz respeito à produção da geração seguinte de trabalhadores. Ela engloba tanto processos biológicos, como a gestação, o parto e a lactação, quanto sociais, como a criação das crianças, socialização e escolarização (FRASER; JAEGGI, 2020; VOGEL, 2022). Assim, apesar de grande parte desses processos acontecer nos núcleos familiares, vai além das cozinhas e quintais individuais, estendendo-se às instituições públicas e privadas de ensino e cuidado, e outros arranjos comunitários (FRASER; JAEGGI, 2020).

A reprodução da força de trabalho, ou reprodução da classe trabalhadora, assim, refere-se às atividades e processos que regeneram e mantêm a força de trabalho passada, presente e futura, além daqueles incapazes de vender sua força de trabalho, mas que dependem do trabalho assalariado de outras pessoas (GRECCO, 2018). Em outras palavras, a classe trabalhadora não abrange somente aqueles que formam a força de trabalho ativa, mas também a população excedente que compõe ou não o exército industrial de reserva (VOGEL, 2022). Sua relação com a produção capitalista não diz respeito à produção de mais-valia (BHATTACHARYA, 2019), mas a de constituir uma *precondição* para a sua atividade (DAVIS, 2016).

Assim, um olhar para a totalidade capitalista, que busque compreender as contradições do sistema de forma dialética, não enxerga apenas a *aparência* de tais fenômenos – como, por exemplo, a privatização das atividades relacionadas à reprodução da classe trabalhadora, ainda que tais processos sejam fundamentais para a continuidade da acumulação de capital. Esse aparente paradoxo reafirma a reprodução das relações sociais de acordo com o padrão esperado pelo capitalismo:

No nível da aparência, a relação entre a necessidade de novos trabalhadores, viabilizada pelo trabalho reprodutivo das mulheres, e o genocídio e o encarceramento seletivo de pessoas negras expressa-se como um paradoxo. Entretanto, se se analisar com mais profundidade a relação entre a necessidade de força de trabalho disponível e a precarização, controle e genocídio de grupos subalternizados, identifica-se um campo complexo de mediação em que operam determinantes ideológicos que amalgamam as relações sociais generificadas e racializadas do capitalismo. (OLIVEIRA, 2022, p. 254).

Existe, assim, uma aparente contradição: o capitalismo necessita dessa força de trabalho recuperada, regenerada e repostada, contudo, desestabiliza os processos que tornam essa reprodução possível (FRASER, 2020). Mais do que isso, cada vez mais privatiza as atividades reprodutivas, seja impondo-as aos núcleos familiares, seja limitando o acesso da população às alternativas disponíveis, ou também sucateando e mercantilizando esses setores (FRASER, 2020; FRASER; JAEGGI, 2020). A cada vez maior precarização das relações de trabalho reverbera na reprodução da classe trabalhadora, criando uma população excedente, desempregada e subempregada, sempre disponível para ocupar postos de trabalho ociosos nos momentos de expansão econômica, mas também disposta a vender sua força de

trabalho pelos salários mais inadequados à própria sobrevivência na ausência de alternativas.

A reprodução da classe trabalhadora opera, assim, numa dinâmica de reprodução ampliada das classes sociais – e, conseqüentemente, dos sujeitos inseridos nessa estrutura de classes (GONZALEZ, 2020c). Nesse sentido, para além das distinções de gênero, a hierarquia racial exerce as pressões necessárias para reproduzir a distribuição dos indivíduos dentro dos arranjos disponíveis (GONZALEZ, 2020c; NASCIMENTO, 2019):

Mesmo que, aparentemente, determinado contingente populacional seja marginalizado das relações de produção em virtude de sua raça ou de seu sexo, há que se buscar nas primeiras (relações de produção) a explicação da seleção de características raciais e de sexo para operarem como marcas sociais que permitem hierarquizar, segundo uma escala de valores, os membros de uma sociedade historicamente dada. (SAFFIOTTI, 2013, p. 61).

Ainda que esse posicionamento seja explicado pelas relações de produção (SAFFIOTTI, 2013) – onde, há de se salientar, se firma o circuito do capital e, assim, da acumulação –, elas contribuem para a continuidade da reprodução – tanto do sistema econômico, quanto das posições dos indivíduos nesse sistema (GONZALEZ, 2020c). E, em se tratando de reprodução – diária ou geracional – da força de trabalho, a centralidade da família é útil ao capitalismo, uma vez que, sob o manto da aparente separação entre produção e reprodução, a dependência da primeira em relação à última é obliterada. Assim como o pagamento do salário oculta o fato de que apenas uma parte da jornada de trabalho é remunerada (MARX, 2017), a separação espacial e temporal das atividades produtivas e reprodutivas também obscurece o vínculo inseparável entre elas.

Ainda que o núcleo familiar seja de grande relevância nesse processo, ele não é a única forma de repor ou manter a força de trabalho (VOGEL, 2022). A reprodução social, entendida como os processos que mantêm e regeneram a força de trabalho em termos fisiológicos e sociais, acontece para além das cozinhas e quintais, e conta com outros atores que podem não pertencer a essa organização específica – ou ao menos à imagem que dela se construiu. Outros espaços, como creches, escolas, hospitais, também fazem parte do conjunto de instituições que permite ao capitalismo um contingente de pessoas aptas a vender sua força de trabalho no mercado. O acesso a esses espaços, a organização dos núcleos familiares e a relação dos indivíduos com o trabalho produtivo e o reprodutivo, contudo, podem ser heterogêneos mesmo dentro da classe trabalhadora.

Uma classe, quantas famílias?

No Brasil, os estudos sobre família e trabalho têm décadas de tradição, em especial aqueles cuja centralidade se dá pela constante tensão entre o trabalho remunerado fora de casa e o trabalho doméstico e do cuidado. As transformações ocorridas ao longo do século XX no setor produtivo foram acompanhadas de transições demográficas, migrações, e novos arranjos familiares que se adaptavam à crescente urbanização do país. Ainda assim, uma importante parte da literatura sobre a formação econômica e social brasileira aceitou a definição da família brasileira patriarcal – no singular – como único modelo existente (CORRÊA, 1981).

Principalmente a partir da década de 1950, com a transição urbana e com o crescimento das classes médias e novos processos industriais e sociais, as dinâmicas familiares se alteraram e produziram novas conformações (BILAC, 2014; GONZALEZ, 2020a). Até 1960, período de consolidação do sistema capitalista no país, a força de trabalho feminina permanecia marginalizada (SAFFIOTI, 2013). Em termos de conformação familiar, até a década de 1970, a organização familiar nuclear – que se baseia no trabalho remunerado do homem, chefe de família, e no trabalho doméstico realizado pela mulher – teve certa predominância. Contudo, três transformações ocorridas nesse período foram responsáveis por alterar essa organização: a absorção industrial da força de trabalho feminina, um processo de modernização do consumo e uma maior organização política da classe operária no país (BILAC, 2014). Ainda que predominante, tal padrão de organização familiar nunca se mostrou exclusivo, nem no período colonial, nem a partir dos processos de formação urbana e industrial no país (CORRÊA, 1981).

Esse movimento de crescimento das classes médias e alteração das dinâmicas familiares não foi acompanhado de políticas públicas voltadas aos processos de reprodução da vida, quais sejam, ofertas de creches, escolas, hospitais e instituições de cuidado e permanência para idosos, por exemplo, deixando a cargo das famílias – ou melhor, das mulheres das famílias – a solução deste conflito (BILAC, 2014). Uma maneira de analisar esse fenômeno é a partir dos modelos sugeridos por Hirata e Kergoat (2007), segundo as quais a classe⁶ determinaria se a resposta das famílias seria pela via da conciliação ou da delegação. Para as mulheres dos maiores estratos de renda, a resposta para tal conflito seria delegar o trabalho doméstico e do cuidado para outras mulheres – babás, enfermeiras, trabalhadoras domésticas. Já aquelas com menores possibilidades financeiras, a solução passaria pela conciliação entre trabalho remunerado fora de casa e o trabalho reprodutivo (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Para além da proposta de modelos de delegação ou de conciliação, cujas diferenças se explicam grande parte pelas desigualdades de classe – numa conceituação diferente da adotada pela tradição feminista marxista, importa lembrar –, o componente racial tem influência direta na experiência das famílias da classe trabalhadora, seja no que diz respeito ao trabalho produtivo, seja na vivência intrafamiliar e nas atividades de reprodução da vida. Os modelos de delegação e de conciliação, assim, são insuficientes para explicar a complexidade das relações familiares e a constante tensão entre as famílias da classe trabalhadora e sua relação com trabalho produtivo e reprodutivo. Mais do que isso, conformações estendidas de família, nas quais vizinhas, avós e redes comunitárias atuam, não se encaixam nos modelos propostos.

Na literatura feminista, a ideia de que a vida privada – familiar – seria um lugar de opressão e violência a que as mulheres estariam sujeitas foi bastante difundida (HOOKS, 2019). Logo, por essa perspectiva, a chamada “libertação da mulher” passaria, inevitavelmente, pela sua ocupação no mercado de trabalho. A inserção produtiva tiraria as mulheres da situação de dependência econômica, ofereceria melhores opções de escolha de vida e as libertaria do tedioso e opressor mundo doméstico (BIROLI, 2018; HOOKS, 2019). Outras abordagens, ainda, sugeriram que a reivindicação por salários que remunerassem o trabalho reprodutivo seria uma ferramenta capaz de subverter a organização generificada de tais atividades, a partir da premissa de que a possibilidade do salário para o trabalho doméstico seria o

primeiro passo para recusá-lo (FEDERICI, 2019). Tais abordagens, contudo, esqueceram-se de considerar a significativa quantidade de mulheres pobres e negras que, por toda a sua vida, participaram do mercado de trabalho. A segunda perspectiva, indo além, ignorou a realidade de um contingente importante de mulheres negras que, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, prestavam serviços domésticos sob baixíssima remuneração, e sujeitas a humilhações, violências e às brutalidades do sistema econômico (DAVIS, 2016; SOUZA, 2023).

O preceito liberal de que o mundo doméstico é, necessariamente, violento, enquanto a vida pública do trabalho remunerado traria satisfação profissional, independência financeira e a superação dos males da opressão feminina tem, sem dúvida, viés racial evidente. Tal premissa não apenas admite uma separação e uma independência das esferas ditas pública e privada, mas também se mostra indiferente às distintas experiências no que diz respeito à vida familiar e à atuação no mercado de trabalho (BIROLI, 2018). Em se tratando de trabalho reprodutivo, por exemplo, autoras feministas negras salientam como o lar pode ser o lugar onde se nutrem relações de afeto. Nesse sentido, distante da concepção de opressor alienante, o trabalho reprodutivo seria uma atividade que humaniza (HOOKS, 2019).

Com relação à separação entre esfera pública e privada, as análises, em geral, também mantêm o viés racial. Apesar da vasta literatura sobre a chamada “entrada da mulher no mercado de trabalho”, importa salientar que ela trata, majoritariamente, de um tipo específico de trabalho – o industrial e serviços que exigiam maior escolaridade – e de uma parte específica do contingente feminino – as mulheres brancas de classe média (GONZALEZ, 2020b; 2020a). Enquanto as transformações ocorridas no período entre 1960-1980 favoreceram a inserção produtiva das mulheres brancas e o seu maior acesso ao ensino superior, as mulheres negras permaneceram ocupadas nos serviços manuais, sobrerrepresentadas entre a população de menor renda, e com menor representação entre as pessoas ocupadas em atividades de nível superior (GONZALEZ, 2020a). Esse processo de entrada e consolidação das mulheres brancas no mercado de trabalho aconteceu *por conta e em função da* manutenção de mulheres negras e pobres nessas atividades de pior remuneração.

Se considerarmos que, desde a colonização, as mulheres pobres, negras e indígenas não estiveram excluídas do trabalho produtivo (NASCIMENTO, 2019; OLIVEIRA *et al.*, 2020), podemos compreender de que forma racismo e opressões sexistas constituíram os alicerces da formação capitalista brasileira. Pensando na dinâmica familiar de trabalho remunerado e não remunerado, as famílias negras apresentavam maior taxa de atividade segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1976 em comparação às famílias brancas, com maior número de pessoas ocupadas do que as últimas, o que significa que mais membros dos núcleos familiares precisavam lançar-se no mercado de trabalho para obter os mesmos rendimentos – inclusive menores de idade (GONZALEZ, 2020b). O argumento de Bilac (1981) caminha no mesmo sentido, enfatizando que as relações entre a venda da força de trabalho e a produção de valores de uso pode se acomodar de maneiras diversas, que não necessariamente atendem a uma divisão sexual do trabalho tradicional.

Para Beatriz Nascimento (2019), por exemplo, as mulheres negras escravizadas cumpriam dupla função na estrutura baseada no trabalho forçado: eram tanto trabalhadoras no sentido produtivo do

termo, nos campos e na casa grande, quanto potenciais reprodutoras da força de trabalho futura. Desde então, a atuação das famílias da classe trabalhadora, especialmente das famílias negras, tem sido no sentido de sustentar a produção, tanto por meio da venda da força de trabalho, quanto pela sua reprodução. Menos de 100 anos separam a abolição formal da escravidão no Brasil da descrição de Lélia Gonzalez:

Enquanto seu homem é objeto da perseguição, repressão e violência policiais (para o cidadão negro brasileiro, desemprego é sinônimo de vadiagem; é assim que pensa e age a polícia brasileira), ela se volta para a prestação de serviços domésticos junto às famílias da classe média e alta da formação social brasileira. Enquanto empregada doméstica, ela sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da “inferioridade” que lhe seriam peculiares. Tudo isso acrescido pelo problema da dupla jornada que ela, mais do que ninguém, tem de enfrentar. Antes de ir para o trabalho, tem que buscar água na bica comum da favela, preparar o mínimo de alimentação para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas dos filhos mais velhos com os cuidados dos mais novos (as meninas, de um modo geral, encarregam-se da casa e do cuidado dos irmãos mais novos). (GONZALEZ, 2020c, p. 58).

A exposição de Gonzalez (2020c) contesta uma tradição que entende as opressões de gênero e raça como “meramente ideológicas”, enquanto apenas a classe, ligada às relações de produção, teria base econômica. Enquanto descreve a realidade de mulheres e homens negros no Brasil, desvenda a relação íntima entre reconhecimento e distribuição econômica. As experiências narradas pela autora mostram como a vivência do gênero é marcada pela raça, e como a experiência da racialização é, também, vivida a partir do gênero. Mas além disso, evidencia que tais marcadores não apenas compõem as relações de classe, mas são constitutivos desta. Se raça e gênero são elementos que definem a distribuição do trabalho na sociedade, então a afirmação de que as desigualdades a eles relacionados estão inscritas apenas nos campos cultural e identitário não se sustenta.

Mais do que conferir materialidade às opressões de gênero e raça, demonstrando sua íntima relação com a posição dos sujeitos na classe trabalhadora, Gonzalez (2020c) expõe brilhantemente a dinâmica de produção e reprodução do capitalismo. Enquanto a população negra, em especial os homens, integra uma massa marginal crescente⁷, as mulheres negras, ao prestarem serviços domésticos, fornecem as condições que as mulheres brancas com melhores condições financeiras acessem o mercado de trabalho – em especial as vagas que exigem maior escolaridade e têm, conseqüentemente, maior remuneração do que o serviço doméstico e as ocupações manuais, onde a maioria das mulheres negras estava inserida. Além disso, realizam o trabalho de reprodução diária e geracional da classe trabalhadora, afinal, têm “que buscar água na bica comum da favela, preparar o mínimo de alimentação para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas dos filhos mais velhos com os cuidados dos mais novos” (Gonzalez, 2020a, p. 58).

Nesse sentido, é relevante adicionar que a organização familiar no Brasil não atende, necessariamente, ao ideário nuclear patriarcal – pai, mãe, filhos – e que maneira as diferentes conformações familiares sustentam, também, a dinâmica capitalista no país. Esta afirmação não nega a existência da chamada *família patriarcal*, contudo ressalta que, ao contrário do que pressupõem estudiosos da formação econômica e social brasileira, ela coexiste e coexistiu com formas familiares das mais diversas configurações. Para Antonio Candido⁸ (*apud* CORRÊA, 1981), a família conjugal moderna derivaria quase automaticamente da família patriarcal colonial, num movimento imediato de racionalização e

individualização derivado do desenvolvimento de relações capitalistas que transformavam as relações de trabalho. Contudo, Corrêa chama atenção para diversas formas de organização familiar na sociedade capitalista:

o que parece ficar sempre entre parênteses nesse tipo de argumento é o fato de que um maior esfacelamento nas relações de trabalho poderia redundar numa maior necessidade de apoio comunitário em outras esferas, inclusive a familiar, e não no contrário. Isto é, a uma série de processos econômicos de um determinado período histórico pode corresponder uma série de processos sociais de natureza diferente: sua identidade não é automática. Quem sabe redes mais extensas de relações familiares ou outras, não são respostas mais adequadas às pressões do mundo capitalista? (CORRÊA, 1981, p. 14).

No trecho citado, a autora sustenta dois argumentos importantes para este trabalho. Em primeiro lugar, o de que a “história da família brasileira” é muito menos homogênea e única do que se faz parecer nos textos clássicos de Antonio Candido e Gilberto Freyre, por exemplo. Em segundo lugar, abre espaço para questionarmos que outras formas de acomodação foram necessárias para consolidação das relações capitalistas no Brasil, a partir das transformações sociais, políticas e econômicas, indo além da família como núcleo patriarcal (CORRÊA, 1981).

Essa argumentação apresenta respaldo nas pesquisas empíricas, que mostram que as famílias brasileiras da classe trabalhadora se organizam de maneira bastante diversa, e estão sujeitas às relações de exploração e de opressão de maneira desigual. Entre as famílias monoparentais femininas, por exemplo, existe uma prevalência de lares chefiados por mulheres negras, cuja situação de pobreza e de vulnerabilidade as colocam numa posição ainda mais desfavorável na classe trabalhadora (MARIANO; CARLOTO, 2009). Ademais, lares chefiados por mulheres sem presença de cônjuge, apesar de apresentarem maior incidência de pobreza e renda menor do que demais conformações familiares, podem alcançar melhores condições de vida do que aqueles com a presença de um cônjuge masculino (MAIA *et al.*, 2016).

Além disso, as mulheres, em geral, apresentam jornada de trabalho total maior do que os homens – somando as horas dedicadas ao trabalho remunerado àquelas despendidas com trabalho doméstico e do cuidado sem remuneração (DEDECÇA, 2004). Contudo, a raça é fator agravante do cenário, uma vez que as mulheres negras inseridas nas faixas salariais mais baixas chegam a dedicar a tais atividades 8 horas além do que dedicam as mulheres brancas com renda superior a 5 salários mínimos (GERMINE; PERES, 2021). Isto reafirma que, ao contrário do mantra liberal de que mais trabalho incorre em maior renda, são as pessoas com maior jornada total de trabalho aquelas que sustentam a produção e a reprodução, realizando ambas numa constante tensão e obtendo os piores pagamentos.

A situação das mulheres no trabalho remunerado fora de casa se agrava conforme sua raça, sua região, seu *status* conjugal e outras especificidades de sua condição. Dentro de casa e nos espaços comunitários, o trabalho reprodutivo, mais do que regenerar força de trabalho, pode significar a reprodução de laços de afeto e de relações diferentes das de exploração e opressão (HOOKS, 2019). As redes comunitárias também cumprem uma atuação fundamental na dinâmica capitalista ao oferecerem suporte na reprodução da vida. É o caso das tias, avós, vizinhas e “mães-crecheiras”, não necessariamente

conectadas por laços consanguíneos ou residentes no mesmo domicílio, que atuam no cuidado com as crianças, no preparo de alimentos, na partilha do afeto (BILAC, 2014). Para além de humanizar, como sugeriu hooks (2019), o lar pode ser, também, um lugar social de resistência às violências, às opressões, às explorações e aos apagamentos. Assim como bell hooks, Lélia Gonzalez enfatiza a dimensão de resistência a esse capitalismo racializado e generificado, salientando a atuação das mulheres negras:

Apesar da situação de extrema inferiorização, a mulher negra exerceu um importante papel no âmbito da estrutura familiar ao unir a comunidade negra para resistir aos efeitos do capitalismo e aos valores de uma cultura ocidental burguesa. Como mãe real ou simbólica, ela foi uma grande geradora na perpetuação dos valores culturais afro-brasileiros e em sua transmissão para a próxima geração. (GONZALEZ, 2020a, p. 161).

A partir desse lampejo, o lar, a família e a comunidade se tornam mais do que espaços de resistência, mas ferramentas políticas com potencial realmente transformador das relações sociais, uma vez que têm como característica contraditória pertencer, ao mesmo tempo, às relações de produção e de reprodução, de fazer parte e, simultaneamente, resistir à dinâmica capitalista. Pode, assim, fazer implodir a lógica do capital.

Considerações finais

O artigo discutiu a centralidade das famílias da classe trabalhadora na dinâmica capitalista de produção-reprodução, problematizando a perspectiva homogeneizante das diferentes formas de organização familiar e propondo diálogos teóricos que abordassem a temática a partir de uma concepção dialética. A partir da compreensão do desenvolvimento capitalista no Brasil como totalidade que é, ao mesmo tempo, racista, (hetero)sexista, dependente e contraditória, pode-se admitir que a organização do sistema não apenas coexiste com as opressões racistas e sexistas, mas se aproveita e depende delas para sua continuidade (MACHADO, 2023). Tal entendimento ajuda a explicar por que certas configurações *aparentemente* contraditórias, como a necessidade de reposição da força de trabalho simultânea à privatização das atividades reprodutivas, fazem parte da ocultação dessa relação entre acumulação capitalista e reprodução da classe trabalhadora. Em suma, desvela a *essência* de uma divisão do trabalho cujo fundamento se dá pela ocultação da necessidade de determinadas atividades para o sistema social, indo além de uma divisão sexual do trabalho desarticulada das relações de produção, cujos beneficiados seriam os homens num nível individual.

Não se trata de negar o peso do gênero na divisão social do trabalho, mas de complexificar essas relações, compreendendo que este é *um dos* componentes que organiza a distribuição de atividades na sociedade. Trata-se de entender que tais divisões têm raízes materiais, e não “apenas ideológicas”, e que diferenças de gênero não operam de forma única, separada da classe, ou de forma protagonista na sociedade. Embora fundamental para justificar atribuições de cunho reprodutivo a determinada parcela da população, não o faz isolado das relações raciais, as quais exercem certas pressões, restringendo as escolhas dos indivíduos no que diz respeito às atividades laborais – remuneradas ou não. Essa deve ser a perspectiva das análises da totalidade que se propõem dialéticas: “a compreensão de um processo de *totalização* que unifica (sem suprimir) as totalidades parciais constitutivas dele” (MCNALLY, 2023, p. 172).

Em outras palavras: embora raça, gênero e classe tenham particularidades, não constituem eixos distintos e independentes, mas se produzem internamente e interagem externamente, construindo relações, posicionando indivíduos e reproduzindo desigualdades.

Nesse sentido, a posição preferencial da família da classe trabalhadora na engrenagem capitalista não atesta somente uma atuação passiva e funcional. Na medida em que se organiza de forma não capitalista, contribui para a construção de relações cuja lógica não é determinada pela acumulação de capital. Principalmente se considerada de forma mais ampla, excedendo os limites do ideário familiar nuclear e abrangendo as múltiplas conformações que constituem as famílias na sua concretude, tem potencial de transbordar as resistências de trabalhadores e trabalhadoras ao incessante interesse capitalista de aumentar a exploração e a acumulação.

Referências

ARRUZZA, C. Considerações sobre gênero: abrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, n. 23, 2015.

ARRUZZA, C. **Ligações perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo**. 1. ed. São Paulo: Usina Editorial, 2019.

BHATTACHARYA, T. How not to skip class. In: BHATTACHARYA, T. (Org.). **Social reproduction theory: Remapping class, recentring oppression**. London, Pluto Press: 2017.

BHATTACHARYA, T. O que é a teoria da reprodução social? **Revista Outubro**, n. 32, p. 99–113, 2019.

BILAC, E. D. Classes sociais e família: Nota para a pesquisa empírica. **Perspectivas**, n. 4, p. 37–42, 1981.

BILAC, E. D. Trabalho e família: articulações possíveis. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 26, n. 1, p. 129–145, jun. 2014.

BIROLI, F. **Gênero e Desigualdades: Limites da Democracia no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. Manifesto do Coletivo do Rio Combahee. **Plural**, v. 26, n. 1, p. 197–207, 10 jul. 2019.

CORRÊA, M. Repensando a família patriarcal brasileira. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, p. 5–16, mai. 1981.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171–188, jan. 2002.

DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DEDECCA, C. S. Tempo, trabalho e gênero. In: COSTA, A. A. A. et al. (ED.). **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. 1. ed. São Paulo: CUT, Central Única dos Trabalhadores, 2004. pp. 21–52.

FEDERICI, S. **O Ponto Zero da Revolução: Trabalho Doméstico, Reprodução e Luta Feminista**. Tradução: Coletivo Sycorax; Tradução: Bianca Oliveira. 1. ed. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FERGUSON, S. Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa. **Cadernos Cemarx**, n. 10, p. 13–38, 17 jan. 2018.

FERGUSON, S.; MCNALLY, D. Capital, força de trabalho e relações de gênero. **Revista Outubro**, v. 29, nov. 2017.

FRASER, N. Contradições entre capital e cuidado. **Revista de Filosofia**, v. 27, n. 53, 2020.

- FRASER, N. **Justiça Interrompida: Reflexões Críticas Sobre a Condição “pós-socialista”**. Tradução: Ana Claudia Lopes; Tradução: Nathalie Bressiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2022.
- FRASER, N.; JAEGGI, R. **Capitalismo em Debate: uma Conversa na Teoria Crítica**. 1ª edição ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.
- GERMINE, J. A. DE L.; PERES, R. G. Transferência de renda condicionada e o trabalho do cuidado: Uma análise do Programa Bolsa Família em 2019. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 38, p. 1–21, 13 dez. 2021.
- GRECCO, F. S. Trabalhos domésticos e de cuidados sob a ótica da teoria da reprodução social. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, v. 23, n. 3, p. 70, 29 dez. 2018.
- GONZALEZ, L. A mulher negra no Brasil. In: GONZALEZ, L. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, intervenções e diálogos**. RIOS, F.; LIMA, M. (Org.). 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020a. pp. 159-170.
- GONZALEZ, L. Mulher negra. In: GONZALEZ, L. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, intervenções e diálogos**. RIOS, F.; LIMA, M. (Org.). 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020b. pp. 94-111.
- GONZALEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: GONZALEZ, L. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, intervenções e diálogos**. RIOS, F.; LIMA, M. (Org.). 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020c. pp. 49-64.
- GONZALEZ, L. A questão negra no Brasil. In: GONZALEZ, L. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, intervenções e diálogos**. RIOS, F.; LIMA, M. (Org.). 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020d. pp. 183-190.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, pp. 595–609, 2007.
- HOOKS, B. **Teoria feminista: Da margem ao centro**. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- KAPP, S.; LINO, S. F. Na cozinha dos modernos. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, 2008.
- MAIA, K. *et al.* O papel das mulheres pobres brasileiras na estrutura familiar monoparental feminina: uma análise do ano 2012. **Revista Econômica**, v. 17, n. 2, 6 out. 2016.
- MACHADO, B. A. Repensando o capitalismo brasileiro como totalidade contraditória. In: MACHADO, B. A.; SOUZA, F. F. de. (Org.). **Gênero, raça e reprodução social: Teoria e história para uma perspectiva ampliada da classe trabalhadora**. São Paulo: Usina Editorial, 2023.
- MARIANO, S. A.; CARLOTO, C. M. Gênero e combate à pobreza: programa bolsa família. **Revista Estudos Feministas**, v. 17, n. 3, p. 901–908, dez. 2009.
- MARX, K. **O Capital. Crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do Capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MCNALLY, David. Interseções e dialética: reconstruções críticas na teoria da reprodução social. In: BHATTACHARYA, Thiti. (Org.). **Teoria da reprodução social: Remapear a classe, recentralizar a opressão**. 1 ed. São Paulo: Elefante, 2023.
- NASCIMENTO, B. A mulher negra no mercado de trabalho. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 259-263.
- OLIVEIRA, R. N. Justiça reprodutiva como dimensão da práxis negra feminista: contribuição crítica ao debate entre feminismos e marxismo. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 14, n. 2, p. 245–266, 13 set. 2022.
- OLIVEIRA, A. L. M.; PASSOS, L.; GUIDOLIN, A. P.; WELLE, A.; PIRES, L. N. Austeridade, pandemia e gênero. In: DWECK, E.; ROSSI, P.; OLIVEIRA, A. L. (Org.). **Economia Pós-Pandemia: Desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico**. 1ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2020, v. 1, p. 153-171.

SAFFIOTI, H. **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SOUZA, F. F. de. Mulheres, raça e trabalho doméstico remunerado na formação de uma economia urbano-industrial (Rio de Janeiro, 1890-1940). In: MACHADO, B. A.; SOUZA, F. F. de. (Org.). **Gênero, raça e reprodução social: Teoria e história para uma perspectiva ampliada da classe trabalhadora**. São Paulo: Usina Editorial, 2023.

VOGEL, L. **Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

Notas

¹ Doutoranda em Ciências Humanas e Sociais (UFABC), mestra em Ciências Humanas e Sociais (UFABC), especialista em Ciência Política (FESP-SP) e bacharela em Ciências Econômicas (UFPR). Bolsista CAPES. Núcleo de Estudos de Gênero Esperança Garcia (NEG): dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4178820384275881; Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3279722814282470>; Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8786-4084>; E-mail: jessica.germine@ufabc.edu.br

² PhD (Universidade de Manchester); Pós-Doc (Yale University e UNICAMP); Profa. Colaboradora PPCHS/UFABC e PPGCS/UNICAMP; MIGREF: migrações transnacionais de refugiados e outras categorias migratórias no século XXI: <https://dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/9822634790399791> Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9822634790399791>; Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5815-975X>; E-mail: menezesmarilda@gmail.com

³ Pós-doutora em Demografia. Centro de Modelagem, Engenharia e Ciências Sociais Aplicadas – Universidade Federal do ABC. Núcleo de Estudos de Gênero Esperança Garcia (NEG): dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4178820384275881; Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/8745959404189403>; Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1001-8047>; E-mail: roberta.peres@ufabc.edu.br

⁴ As diferentes posições das autoras interseccionais acerca das relações entre diferentes eixos de subordinação não serão discutidas neste trabalho por escapar ao escopo proposto. Para uma discussão mais ampla sobre as diferenças entre as teóricas da interseccionalidade, ver McNally (2023) e Ferguson (2018).

⁵ Marx (2017) diferencia dois tipos de consumo: o individual e o produtivo. O consumo produtivo refere-se àquele realizado no processo de produção de mercadorias, no qual o dispêndio da força de trabalho consome as matérias primas (totalmente) e os meios de produção (na medida em que se depreciam). Já o consumo individual é o realizado pelos indivíduos para sua própria manutenção.

⁶ Hirata e Kergoat, apesar de se inspirarem em tradições materialistas, utilizam um conceito de classe diferente daquele mobilizado pelas feministas marxistas.

⁷ Gonzalez, aqui, utiliza a noção de massa marginal crescente segundo Nun, referindo-se a uma população excedente que, ao contrário do exército industrial de reserva, representa uma afuncionalidade ao sistema.

⁸ Mariza Corrêa refere-se principalmente ao texto *The Brazilian Family*, de 1972, e à obra *Os Parceiros do Rio Bonito*, edição de 1975.

Recebido em: 30 de set. 2023

Aprovado em: 26 de dez. 2023